

Estudo Técnico Preliminar 44/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 48340.003429/2023-29

2. Objeto

Contratação de empresa especializada para confecção de carimbo, com fornecimento de materiais, em lote único, por demanda, para atendimento das necessidades do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência.

serviço que ora se pretende contratar se enquadra como serviço comum em razão dos seus padrões de desempenho e qualidade ser facilmente e objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado em conformidade com o artigo 15, Seção VI, Subseção II da IN SLTI nº 5/2017

Em assim sendo por se tratar de serviço comum, a licitação será realizada, preferencialmente, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) meses** contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021

3. Descrição da necessidade

A contratação de uma empresa especializada em confecção de carimbos se faz necessária para o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério de Minas e Energia.

Temos que nos ater de que são inúmeros os carimbos utilizados no MME e todos os setores tem essa necessidade material, uma vez que todos os funcionários possuem o seu carimbo individual, com seu nome, função que exerce e número de matrícula o identificando em formulários e demais documentos produzidos no âmbito da Administração Pública.

Ademais a cada novo colaborador é confeccionado um carimbo individual para que o mesmo se identifique no recebimento de comunicações ou ateste o recebimento de algum documento, ou mesmo na conferência de algum procedimento da realizado

A importância de carimbos no meio profissional é clara, principalmente para aqueles que passam por uma rotina de assinaturas que exigem algum dado específico e que deve ser inserido junto à assinatura sendo uma maneira muito mais rápida de colocar estas informações.

Com a implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI a criação, elaboração e tramitação de processos e documentos passaram a ser feitos na configuração eletrônica, inclusive as assinaturas dos responsáveis passaram a ser feitas eletronicamente, o que veio a suprimir a necessidade de impressão dessa documentação, e por consequência a utilização de carimbos para identificação dos autores e das suas respectivas assinaturas, anteriormente necessárias na forma física. Entretanto, ainda existem formulários e mesmos documentos formados nas unidades administrativas que ainda não foram totalmente migrados para o SEI e dependem de impressão física para tramitar e circular, tanto internamente como externamente, razão pela qual ainda perdura a necessidade de carimbos, se bem que diminuta.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Geral de Recursos logísticos	Andrea Cristina Andrade Santos Carvalho
Coordenação de Atividades Gerais	Alvanir da Silva Carvalho

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Trata-se de **serviço comum de caráter continuado**, O enquadramento de **serviço comum** encontra embasamento no inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;"

Em relação à justificativa da escolha do tipo de solução a contratar:

A possibilidade da contratação de uma solução baseada na prestação de serviços de carimbo sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais se justifica, haja vista que não haverá a necessidade diária da realização do serviço.

Ademais os bens e serviços objeto da contratação estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT e de Serviços - CATSER do SIASG.

Sustentabilidade:

Em harmonia com os princípios gerais elencados no artigo 5º da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021 em especial ao que se refere ao desenvolvimento nacional sustentável a presente contratação está em perfeita consonância com o plano de logística sustentável (PLS) do MME a medida que contempla ações voltadas para a promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços além de prever políticas de sustentabilidade e de fomento ao descarte ambientalmente correto de resíduos sólidos e treinamento voltado a mitigação do consumo de energia elétrica e de água

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis AGU/2023

- os serviços devem ser prestados com material reciclado, biodegradável, atóxico, se utilizar madeira devesa ser madeira proveniente de reflorestamento devidamente certificada.
- modo de produção - sem utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais ou com menor uso de água e energia.
- Devesa utilizar embalagens compactas e recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, preferência por indústria ou produtor local para assegurar menores distâncias e uso de modal de transporte mais eficiente.
- Os produtos deverão ser passíveis de manutenção/conserto, remanufatura, troca ou reaproveitamento de peças de modo a assegurar uma vida útil mais longa e a redução do descarte.

Devesa ainda ser observado o artigo 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG:

I. bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Ademais no que couber a contratada deverá primar pelas normas estabelecidas no decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 em especial no que tange aos critérios e praticas de sustentabilidade estabelecido no Artigo 4º *ipsis litteris*:

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

A contratada deverá ainda adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, no que couber:

I fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

II realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

III – respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

A contratação deve observar as normas relativas à:

A) disposição final ambientalmente adequada dos resíduos gerados pela contratada; mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

B) proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e material, do MME.

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Não haverá exigência de garantia contratual da execução, em razão dos serviços prestados serem de pequena monta e não exigem uma mobilização anterior por parte da licitante para que se possa prestá-lo.

Ademais a não prestação de serviços por parte do licitante não acarretará em sérios prejuízos para a Administração, haja vista que a natureza dos serviços prestados não exigem grande complexidade e a contratação ser de baixo valor e por prazo reduzido.

Vistoria

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

6. Levantamento de Mercado

Para a elaboração do presente documento, a equipe planejamento da contratação analisou editais de aquisições de materiais similares por outros órgãos e entidades, com o objetivo de identificar a vantajosidade da contratação, a qual foi plenamente constatada.

Desta feita observa-se que existem variados concorrentes do ramo capazes de fornecer o objeto contratual pretendido. Desta forma uma vez que o serviço a ser contratado é definido como comum em razão de ser possível estabelecer, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, tornando possível a decisão entre os serviços ofertados pelos participantes com base no menor preço, o pregão se mostra vantajoso

Em assim sendo foi realizada pesquisa no âmbito de pregões e contratações públicas por meio do site Painel de Preços e compras governamentais onde se restou como melhor solução a ser utilizada a prestação de serviços especializados de confecção de carimbo por empresa privada .

7. Descrição da solução como um todo

A solução apresentada abrange a prestação do serviço de confecção de carimbos para atender às necessidades do Ministério da Educação, em Brasília-DF.

Os serviços serão executados por profissional qualificado, de acordo com as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como outras normas pertinentes ao objeto deste Estudo e recomendações do próprio Ministério, mediante solicitação por meio de Ordens de Serviços, expedidas pela gestão e/ou fiscalização do contrato.

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Início da execução do objeto: imediatamente a assinatura do contrato

Os serviços deverão ser solicitados por meio de Ordens de Serviços, expedidas pelo representante da Administração do MME, devendo ser executados por profissional qualificado.

O prazo para a execução dos serviços dar-se-á nas condições estabelecidas neste Estudo, iniciando a contagem a partir da solicitação do gestor ou do fiscal do contrato, por meio de Ordem de Serviço, encaminhada por e-mail eletrônico, no seguintes termos:

I. Serviços urgentes deverão ser realizados no prazo máximo de 4 (quatro) horas da OS emitida;

II Serviços ordinários deverão ser realizados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da OS emitida.

A reparação, correção, remoção ou substituição dos materiais, em que se verifiquem vícios, erros e incorreções deverá ocorrer às expensas da licitante vencedora e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após comunicado do MME.

Os serviços rejeitados, devido a uso de materiais não especificados e/ou considerados mal executados, deverão ser refeitos corretamente, com materiais e tipo de execução aprovados pela Fiscalização, arcando a Licitante vencedora com o ônus decorrente do fato.

A empresa deverá dispor de oficina própria para a realização de serviços que porventura necessitem de equipamento técnico específico e não possam ser realizados nas unidades do MME.

O fornecimento será sob demanda.

Os serviços deverão ser executados de acordo com as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como outras normas pertinentes ao objeto deste Termo de Referência, e recomendações do próprio Ministério de Minas e Energia .

O mecanismo de comunicação entre o órgão e a prestadora de serviço deve ser principalmente o correio eletrônico.

Local e horário da prestação dos serviços

O local para prestação do serviço será no Ministério de Minas e Energia, localizado na Esplanada dos Ministérios bloco U . Telefones para contato: (61) 2032-5503 , (61) 2032-5250 e (61) 2032-5912. Horário para entrega: 08 às 16:00 h nos dias úteis de segunda-feira a sexta-feira, podendo, eventualmente, ocorrer também aos sábados, domingos e feriados, conforme as necessidades do Contratante.

Havendo mudança de endereço de qualquer unidade do Contratante atendida por este contrato, dentro da Região do Plano Piloto de Brasília, a Contratada se obriga a manter o atendimento sem qualquer ônus adicional, para atendimento das demandas de acordo com a necessidade do MME;

Rotinas a serem cumpridas

Para a correta execução dos serviços contratados a Administração designará um ou mais servidores para atuar como fiscal do contrato, ficando o mesmo responsável pela emissão das Ordens de Serviços e Acompanhamento da execução dos serviços.

Os serviços somente poderão ser solicitados, por meio de Ordem de Serviços, a qual deverá constar de forma detalhada e unitária os serviços a serem entregues pela empresa.

Para o acompanhamento e fiscalização do contrato, deverão ser observadas as disposições contidas na IN nº 5, de 26 de maio de 2017.

Caberá ao fiscal do contrato, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento do contrato, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.

Não obstante a empresa seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto contratado, ao MME reserva-se o direito de, sem qualquer forma de restrição à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas que se fizerem necessária.

A Administração, devidamente representada na forma deste item, rejeitará, no todo, ou em parte, o objeto contratado, sem ônus para o MME, se executados em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e seus encartes.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do MME ou de seus agentes e prepostos,

Materiais a serem disponibilizados

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos seguintes campos:

A) Quantidade e valor total do item;

B) Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.

Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto

O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades estimadas foram apresentadas no Documento de Formalização da Demanda.

Conforme apresentado, a metodologia utilizada para estimar a quantidade a contratação foi baseada nas contratações anteriores e no levantamento histórico da demanda, conforme transcrito a seguir:

As estimativas mencionadas na tabela acima têm como objetivo a formação dos quantitativos unitários e global e servem tão somente de orientação para a elaboração da proposta, não sendo obrigação do Órgão a utilização da quantidade total.

Item	Descrição dos Carimbos	Quant
01	Carimbo automático entintado, corpo em acrílico, base em resina retangular, retrátil com mola, medindo 3,8cm x 1,4cm, parte descritiva a ser confeccionada em fotopolímero. ref. 4911.	600
02	Carimbo automático entintado, corpo em acrílico, base em resina, retangular, retrátil com mola, medindo 4,7cm x 1,8cm, parte descritiva a ser confeccionada em fotopolímero. ref. 4912	400

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 24.700,00

Considerando o Art. 6º da IN nº 65/2021, foi utilizado, como método para obtenção do preço estimado por item, a média aritmética e mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços, sobre um conjunto de três preços.

Foi utilizada a metodologia da média aritmética e mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços, com a desconsideração de valores inexecutáveis, inconsistentes e excessivamente elevados, para estabelecer um preço de referência condizente com o praticado no mercado.

Especificação dos carimbos		Quantd	Valor Unitário (R\$)			Valor Médio (R\$) (B+C+D) / 3 (E)	Valor Médio Total (R\$) (F)=(E)X (A)
			Prestador de serviço				
			HBL (B)	Nacional (C)	Piloto (D)		

grupo único	Carimbo automático entintado, corpo em acrílico, base em resina retangular, retrátil com mola, medindo 3,8cm x 1,4cm, parte descritiva a ser confeccionada em fotopolímero. ref. 4911.	600	15,00	40,00	16,50	23,83	14.300,00
	Carimbo automático entintado, corpo em acrílico, base em resina, retangular, retrátil com mola, medindo 4,7cm x 1,8cm, parte descritiva a ser confeccionada em fotopolímero. ref. 4912	400	18,00	45,00	15,00	26,00	10.400,00
Total Geral							24.700,00

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

De acordo com o artigo artigo 47, da lei 14.133 de 1 de abril de 2021. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Por seu turno o SÚMULA TCU 247 assim determina :

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam

fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Vale ponderar que, embora o parcelamento nas contratações de serviços públicos seja a regra, comporta exceções. Nesse contexto, a Administração detém competência discricionária para decidir em quais hipóteses irá dividir ou reunir o objeto, perpassando pela viabilidade técnica e econômica sempre com vistas a atender o interesse público envolvido na contratação.

Nesse contexto, vale reforçar que a análise perpassa pela análise técnica e econômica, em assim sendo foi promovida a devida avaliação quanto a divisibilidade, levando-se em consideração o mercado fornecedor, a viabilidade técnica e econômica, a inexistência de perda de escala e o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade (item 3.8,b do anexo III da IN SEGES/MPDG IN 05, de 2017)

Nesse passo para a pretensa aquisição foi evidenciado que a contratação de forma parcelada, elevará o número de procedimentos para a contratação, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia em escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

Noutro giro o parcelamento da solução, no caso concreto, poderá ocasionar contratação de várias empresas, podendo comprometer o funcionamento do serviço desejado. Isso pode levar a dificuldades na execução satisfatória do contrato. Além disso, é importante considerar a centralização da responsabilidade em uma única empresa contratada. Isso facilita o acompanhamento de problemas, identificação de causas e atribuição de responsabilidade, aumentando o controle sobre a execução do projeto licitado.

Dentre outros riscos o parcelamento poderá:

- 1 ensejar diferenciação de qualidade entre os serviços fornecidos por licitantes diferentes, prejudicando a aferição quanto à qualidade mínima na execução dos serviços de acordo com os padrões existentes;
- 2 implicar no desinteresse por parte dos licitantes em face da estimativa de contratação de pequeno vulto de cada item de serviço especificado;
- 3 implicar em licitação deserta para determinados itens de serviços em face da demanda prevista e a pequena quantidade de serviços e fornecimentos especificados;
- 4 implicar no desinteresse por parte dos licitantes em face dos quantitativos estimados **poderem ser ou não demandados** no período da vigência contratual;
- 5 implicar na perda de economia de escala, tornando a contratação antieconômica.

Diante do exposto acima, solicita-se que a presente contratação seja realizada com o agrupamento dos itens contidos no TR.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não haverão Contratações Correlatas e/ou Interdependentes.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação foi programada no PAC 2022 para contratação em 2023 nos Documento de Formalização da Demanda: 43/2022 e 44/2022.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Dar formalidade a formulários e mesmos documentos elaborados nas unidades administrativas que ainda não foram totalmente migrados para o SEI e dependem de impressão física para tramitar e circular, tanto internamente como externamente, razão pela qual ainda perdura a necessidade de carimbos.

14. Providências a serem Adotadas

Até o presente momento não se verifica providência adicional a ser tomada que não tenha sido discriminada neste documento

15. Possíveis Impactos Ambientais

Os possíveis impactos ambientais serão mitigados por meio dos critérios estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar além daqueles estabelecidos no Termo de Referência que estabelecem que a empresa contratada deverá pautar-se pelo desenvolvimento sustentável realizando procedimentos que priorizem a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologia e materiais que reduzam o impacto ambiental no meio ambiente, descartando os resíduos sólidos provenientes dos serviços de conformidade os normativos legais relativos à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a contratada por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Por ser uma contratação por Dispensa de Licitação, onde a ação foi programada no PAC 2022, foi aprovada pela autoridade e os recursos estão assegurados no orçamento anual do Órgão para 2023, não se deslumbra óbices da sua viabilidade

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

IELAYNE MARIA DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 06/11/2023 às 11:05:07.